

# O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)



# O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)



### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecária**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** David Emanuel Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Thaislayne Nunes de Oliveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S491 O serviço social e a superação das desigualdades sociais 2 /  
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta  
Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-665-2

DOI 10.22533/at.ed.652201512

1. Serviço Social. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de  
(Organizadora). II. Título.

CDD 361.3

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

## APRESENTAÇÃO

Caro leitor, o volume 2 do livro “O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais” dá continuidade a discussão acerca do Serviço Social e políticas públicas. E neste volume ainda são expostas três experiências internacionais. Ao todo são 21 artigos, que apresentam diferentes objetos, análises críticas e abordagens metodológicas.

Novamente optamos por dividir os artigos em eixos centrais. O primeiro eixo versa sobre “questão social”, trabalho, formação profissional, pesquisa e extensão em Serviço Social. Já o segundo eixo identifica estudos de diferentes áreas da Política Pública de Saúde; é um eixo plural e contempla diferentes lócus e espaços socioocupacionais. Aborda aspectos relacionados à saúde pública e efetivação dos direitos, dos usuários com doenças graves e respectivos acompanhamentos na alta complexidade, violência contra mulheres e ainda expõe a vivência do processo de trabalho junto à população surda.

O terceiro eixo trata-se da Política Pública Assistência Social. Os autores trabalham aspectos inerentes a atual conjuntura brasileira e analisam experiências locais. As contribuições tratam da política pública diante da política da austeridade, sobre o sofrimento dos profissionais no âmbito do SUAS, da participação da sociedade civil (inclusive trabalhando narrativa das mulheres negras acompanhadas por um CRAS), e finalizando, a discussão deste eixo, há um estudo sobre o reordenamento das entidades socioassistenciais na relação público x privado.

No quarto eixo é possível localizar a perspectiva da contrarreforma do Estado e a política de Educação no Brasil, sobre a institucionalização dos adolescentes e sobre o sistema prisional no Brasil, mas precisamente a efetividade das políticas educacionais. O quinto, e último eixo, apresenta a experiência internacional do Serviço Social, ou também conhecido e abordado nos países da América Latina, como: Trabalho Social ou “Trabajo Social”. A discussão apresenta elementos sobre a formação profissional, a atualização curricular e sobre o processo de intervenção profissional.

Como foi possível perceber esta coletânea realiza uma discussão plural e contemporânea. Com isso, torna-se uma leitura essencial, que visa contribuir ao alunado e aos profissionais que compõe o Serviço Social. Meus caros, como apontado no primeiro volume deste livro, estamos vivendo em tempos adversos, que tem refletido no desenvolvimento do processo de trabalho do Assistente Social e no desenvolvimento das políticas públicas brasileiras. Logo, proporcionar a visibilidade dessa discussão ratifica a importância de caminharmos para a efetivação das garantias legais já alcançadas - sem retroceder, bem como no desenvolvimento de outras.

Thaislayne Nunes de Oliveira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE**

Dayane Karoline Souza de Almeida

Ellen Kelly Ferreira

Ingrid Gomes de Araújo

Marcela da Silva Alves Gomes

**DOI 10.22533/at.ed.6522015121**

### **CAPÍTULO 2..... 6**

#### **DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, SIGNIFICADO SOCIAL E IDEOPOLÍTICO**

Caroline Ramos do Carmo de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.6522015122**

### **CAPÍTULO 3..... 19**

#### **FORMAÇÃO E TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS E ÉTICO-POLÍTICOS**

Verônica Gonçalves Azeredo

Pollyanna de Souza Carvalho

Letícia Machado de Araujo

**DOI 10.22533/at.ed.6522015123**

### **CAPÍTULO 4..... 31**

#### **O CIPÓSS E AS ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB: QUADRIÊNIO 2017-2020**

Heleni Duarte Dantas de Ávila

Jucileide Ferreira do Nascimento

**DOI 10.22533/at.ed.6522015124**

### **CAPÍTULO 5..... 42**

#### **SERVIÇO SOCIAL E A MULTIPROFISSIONALIDADE NA ALTA COMPLEXIDADE: DESVENDANDO CAMINHOS DE GARANTIA A INTEGRALIDADE E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS**

Amanda Caroline da Fé Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.6522015125**

### **CAPÍTULO 6..... 52**

#### **A POLÍTICA ASSISTENCIAL EM SAÚDE: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO DOS PACIENTES COM INDICAÇÃO AO TRANSPLANTE**

Josiane da Costa Sena

**DOI 10.22533/at.ed.6522015126**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>64</b>
COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS	
Aline Baptista Aguiar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6522015127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>76</b>
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: A REALIDADE DE IDOSAS DO SUL DA ILHA FLORIANÓPOLIS/SC	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
Maria Regina de Avila Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6522015128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>89</b>
ATENÇÃO EM SAÚDE DA POPULAÇÃO SURDA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Xênia Maria Tamborena Barros	
Luiz Fernando Calage Alvarenga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6522015129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>97</b>
VOCÊ CONSEGUE ESCUTAR O SILÊNCIO? ATENDIMENTO AO PACIENTE SURDO NO ÂMBITO HOSPITALAR E O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO	
Geneviève Lopes Pedebos	
Xenia Maria Tamborena Barros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>104</b>
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE AUSTERIDADE: DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	
Ariane Rego de Paiva	
João Vitor Bitencourt	
Ana Gabriela de Paiva Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>120</b>
O SOFRIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS MODALIDADES DE PESQUISA: PESQUISA TEÓRICA	
Regina Celia de Souza Beretta	
Thércius Oliveira Tasso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>130</b>
SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Fabiana Luiza Negri	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151213</b>	

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>142</b>
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA-CE: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS USUÁRIAS DE CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Graziela de Oliveira Almeida Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151214</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>156</b>
O REORDENAMENTO DAS ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS NA RELAÇÃO PÚBLICO X PRIVADO, NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151215</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>167</b>
UMA ANÁLISE DAS INTERCONEXÕES ENTRE A CONTRARREFORMA DO ESTADO E DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Raquel Cristina Lucas Mota	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151216</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>179</b>
PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRAACIONAL E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CEARENSE	
Ana Camila Ribeiro de Paula Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151217</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>194</b>
A IMPLEMENTAÇÃO E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	
Roberta Gomes Leite Baptista	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151218</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>209</b>
ACREDITACIÓN DE CARRERAS: OPORTUNIDAD PARA LA ACTUALIZACIÓN CURRICULAR Y MEJORA CONTINUA DE LA FORMACIÓN EN TRABAJO SOCIAL	
Paula Leiva Sandova	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151219</b>	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>220</b>
LA EDUCACIÓN DESCOLONIZADORA, COMUNITARIA Y PRODUCTIVA PARA LA FORMACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL	
Natalia Rosario Aranibar Escarcha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151220</b>	

<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>232</b>
TALLER REFLEXIVO SOBRE FOTOINTERVENCIÓN. UNA TÉCNICA DE INVESTIGACIÓN SOCIAL CRÍTICA	
María Rocío Menanteux Suazo	
DOI 10.22533/at.ed.65220151221	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>240</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>241</b>

# CAPÍTULO 13

## SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

*Data de aceite: 01/12/2020*

*Data de submissão: 28/09/2020*

**Fabiana Luiza Negri**

Universidade Federal de Santa Catarina –  
Florianópolis – SC  
<http://lattes.cnpq.br/5094379707754702>

**RESUMO:** O trabalho ora apresentado tem por finalidade tecer reflexões acerca da relação Estado, sociedade civil e políticas sociais e da configuração dos conselhos municipais de assistência social, compreendendo como se constituem os processos decisórios e a participação democrática. Trata-se do resultado preliminar dos estudos bibliográficos referente à pesquisa denominada “Os Conselhos Municipais de Assistência Social: a atuação do/a assistente social e o processo de participação democrática”. A principal conclusão a que se chega é a importância do fortalecimento do protagonismo dos representantes da sociedade civil, buscando a construção de espaços democráticos que permitam a consolidação dos direitos sociais das classes subalternas.

**PALAVRAS - CHAVE:** Controle Social; Conselhos Municipais; Estado; Sociedade Civil; Assistência Social.

### CIVIL SOCIETY AND DEMOCRATIC PARTICIPATION: MUNICIPAL SOCIAL ASSISTANCE COUNCILS

**ABSTRACT:** The work presented here aims to reflect on the relationship between the State, civil society and social policies and the configuration of municipal social assistance councils, understanding how decision-making processes and democratic participation are constituted. This is the preliminary result of the bibliographic studies referring to the research called “The Municipal Councils of Social Assistance: the role of the social worker and the democratic participation process”. It is noteworthy that the main conclusion reached is the importance of strengthening the role of representatives of civil society, seeking to build democratic spaces that allow the consolidation of the social rights of the subordinate classes.

**KEYWORDS:** Social Control; Municipal Councils; State; Civil Society; Social Assistance.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema central a política de assistência social no âmbito das lutas sociais e do controle social. Apresentam-se aqui os primeiros resultados do estudo bibliográfico preliminar referente ao projeto de pesquisa em desenvolvimento denominado: “Os Conselhos Municipais de Assistência Social: a atuação do/a assistente social e o processo de participação democrática”.

Esta pesquisa desenvolve-se em seis

mesorregiões de Santa Catarina, abarcando trinta e seis municípios de pequeno, médio e grande porte. Apresenta quatro momentos distintos, o primeiro é: a fase atual que trata da pesquisa bibliográfica sobre os temas que perpassam o estudo; o segundo refere-se ao estudo exploratório de documentos e informações sobre a constituição dos conselhos em cada município; o terceiro relaciona-se a pesquisa de campo com a coleta de dados e informações junto aos assistentes sociais que atuam com os conselhos; e, por fim, no quarto momento, a devolutiva, com a realização de seis oficinas, nas diferentes mesorregiões, tendo como finalidade a discussão sobre as estratégias adotadas pelos profissionais no fortalecimento da sociedade civil e no protagonismo desses sujeitos junto aos Conselhos Municipais de Assistência social (CMAS).

O objetivo deste trabalho é tecer reflexões acerca das temáticas pesquisadas, desvelando a relação entre o Estado e a sociedade civil e a constituição dos CMAS, buscando enfatizar a importância da participação democrática da sociedade civil na construção das políticas sociais.

Os conselhos de direitos são espaços importantes para a elaboração, a avaliação e o monitoramento das políticas sociais, consolidando o controle social e, para tanto, é imprescindível a participação popular para ampliar o protagonismo dos sujeitos que compõe a sociedade civil.

Mediante o atual contexto de desmonte das políticas públicas e dos ataques ao controle social, os quais estamos vivenciando considera-se importante tecer reflexões a respeito desta temática e instituir processos investigativos que tenham por finalidade o fortalecimento da sociedade civil.

Este trabalho está dividido em duas partes: a primeira refere-se a relação entre o Estado, a sociedade civil e as políticas sociais, cujas esferas apresentam distintas funções. Enquanto o Estado busca construir sua hegemonia consolidando-se como um espaço de manutenção, controle e reprodução das classes subalternas, a sociedade civil é o campo em que se expressam as disputas dos interesses das classes antagônicas. Nesse viés, as políticas sociais, aqui, são tratadas como mecanismos de reprodução da força de trabalho e construção de legitimidade do Estado, assim como instrumentos de apaziguamento das tensões entre as classes sociais, mas, igualmente viabilizam as garantias e os direitos por meio da proteção social que oferecem, o que se constrói mediante a pressão das classes subalternas.

E, por fim, a segunda parte trata da constituição do controle social e da configuração dos conselhos de políticas sociais como importantes espaços de disputas de interesses entre o Estado e a sociedade civil, destacando a necessidade de fortalecimento do protagonismo dos representantes da sociedade civil e a democratização desses espaços.

## 2 I POLÍTICAS SOCIAIS, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

É sabido que, na operacionalização das políticas sociais, o Estado construiu ações e procedimentos, que historicamente, reproduzem a ordem capitalista, no sentido de garantir a reprodução da classe subalterna por um lado e, por outro, de atender as pressões destas classes. Nesse sentido, inclui em sua agenda os direitos sociais, ao mesmo tempo em que busca manter uma determinada “ordem” na sociedade burguesa.

Nesta relação de conflito de interesses se inscrevem as políticas sociais, pois é através delas que “[...] o Estado burguês no capitalismo monopolista, procura administrar as expressões da questão social<sup>1</sup> de forma a atender às necessidades da ordem monopólica, pela adesão que recebe de categorias e setores [...]” (NETTO, 2011, p.30). Portanto, a partir das políticas sociais, o Estado burguês oferece respostas às expressões da questão social, atendendo as demandas da classe trabalhadora e incorporando interesses das classes dominantes, mediando a relação das classes sociais antagônicas. Dessa maneira, é possível afirmar que o surgimento das políticas sociais tem relação direta com a reivindicação por direitos sociais que, historicamente a classe trabalhadora instituiu. Esse surgimento conforme Behring; Boschetti (2008, p. 64), “[...] foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de forças no âmbito do Estado”.

É neste cenário de relações contraditórias, que estão postas as condições efetivas para as políticas sociais, as quais estão em movimento constante, decorrentes dos conflitos de interesses, das correlações de forças, resultantes da relação entre o Estado e a sociedade civil.

Pelo ângulo econômico, as políticas sociais assumem a função de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, bem como manter elevados níveis de demanda e consumo, em épocas de crise. Pelo ângulo político, as políticas sociais são vistas como mecanismos de cooptação e legitimação da ordem capitalista, pela via da adesão dos trabalhadores ao sistema. (BEHRING, 2008, p. 37).

Portanto, as políticas sociais têm a função de assegurar as metas capitalistas e de viabilizar os direitos sociais mediante seu caráter contraditório, pois garantem o acesso da população usuária aos serviços, aos programas e aos projetos sociais que provêm condições de sobrevivência e reprodução da classe trabalhadora, mas criam efetivas alternativas de mobilização dessa classe para a reivindicação de direitos sociais, ou seja,

garantem uma rede de proteção social, contudo operam na manutenção da força de trabalho

<sup>1</sup> Questão social entendida na contradição entre capital/trabalho, evidenciada na produção coletiva de bens e serviços e na apropriação individualizada das riquezas socialmente produzidas, como lamamoto, (1991, p. 77) define “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”.

para o capital, reproduzindo, na mesma medida as necessidades da classe dominante.

Entretanto, como ressalva Behring (2008, p. 38), “[...] as políticas sociais podem ser centrais na agenda de lutas dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital”.

Desse modo, as políticas sociais devem ser situadas como expressão contraditória da realidade, ora servem aos interesses do capital e ora servem aos interesses dos trabalhadores, resultado de uma unidade dialética entre o seu imediato (aparência) e a sua essência, sendo elas partes da totalidade, as quais compõem a realidade social.

No contexto atual de complexificação das relações sociais, em que “[...] são cada vez mais diversificadas as expressões da questão social e suas complexas relações na medida em que se universalizam aspectos de barbarização da vida social [...]” (SANTOS, 2012, p. 247), a relação Estado e sociedade civil tem papel preponderante, visto que a tendência é a questão social tornar-se fragmentada, parcializada, transformando-a em um problema individual (NETTO, 2011).

Nesse viés, é fundamental compreender o Estado numa perspectiva ampliada, em termos gramsciano, o qual passa a administrar as disputas de classes “[...] buscando construir um consenso favorável ao funcionamento da sociedade no enfrentamento da questão social” (IAMAMOTO, 2008, p. 171).

Aqui, define-se o Estado na perspectiva gramsciana por oferecer elementos que permitem pensar a esfera estatal não de forma unívoca, mas como arena de contradições. Conforme Gramsci (2005, p. 84),

[...] o conceito de Estado é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento) [...] e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como Igrejas, sindicatos, escolas, mídia etc.).

Para Gramsci (2011a, p. 257), a ampliação do fenômeno estatal, característica das novas determinações do capitalismo monopolista do século XX, permitem compreender “[...] o Estado no significado integral: (ditadura + hegemonia)”, indicando a relação de unidade-distinção entre o Estado e a sociedade civil, ressaltar que esta distinção é apenas de caráter metodológico, não é uma “distinção orgânica”. A concepção ampliada do Estado tem por fundamento um quadro de alargamento da participação política e das transformações do modo de produção capitalista, que institui novas relações entre governantes e governados, situando-se neste contexto, as correlações de forças entre as classes sociais. O Estado ampliado, nos termos de Gramsci, mantém sua característica classista, sendo atravessado pelas demandas tanto da burguesia como das classes subalternas.

A sociedade política é aquela esfera em que o Estado exerce seu poder repressivo de violência e coerção, já a sociedade civil, que tem sua materialidade nos “aparelhos

privados de hegemonia” (GRAMSCI, 2005), constitui-se no campo de disputa da hegemonia, com vistas a construção de consenso, através da disseminação de uma nova cultura, com processos de elaboração de valores e ideologias.

Nesse viés argumentativo, constata-se, a partir do pensamento gramsciano, que ocorre um determinado equilíbrio entre a sociedade política e a sociedade civil, uma vez que somente pela coerção o Estado, em sentido restrito, não consegue mais sua legitimidade, depende também da construção de consensos em torno de sua ação, devido especialmente, as novas relações entre governados e governantes que se instituem pela pressão das classes subalternas que se ampliam e intensificam suas lutas.

Nessa perspectiva, a concepção de sociedade civil, segue a definição de Gramsci (2010, p. 20-21), tratando-se de,

[...] um conjunto de organismos designados vulgarmente como privados [...] plano que corresponde à função de hegemonia que o grupo exerce em toda a sociedade e aquele de domínio direto, ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico.

Isto significa que a sociedade civil tem uma função de formação de consensos em torno dos interesses classistas. Nas palavras de Simionatto (1999, p 68) “[...] a sociedade civil compreende o conjunto de relações sociais que engloba o dever concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam”.

No entanto, o que se expressa no contexto atual, tendo em vista as políticas de ajustes neoliberais, é uma relação entre o Estado e a sociedade civil, que prioriza as relações de cooperação, criando o consenso necessário para a legitimidade do Estado. No campo das políticas sociais, conforme Duriguetto (2007, p. 26), “[...] as parcerias entre Estado e sociedade civil são discursos que acompanham as propostas de desresponsabilização do Estado com as políticas sociais [...]”. Tal desresponsabilização do Estado significa o repasse à sociedade civil a responsabilidade pela gestão e execução das políticas sociais, numa relação de colaboração e mútua ajuda.

De todo modo, as mudanças ocorridas nos últimos anos, especificamente na política da assistência social brasileira, e as determinações oriundas da nova proposta de política pública, resultam em novas relações que se instituem entre o Estado e a sociedade civil, tanto no que concerne a execução da política de assistência social, como no seu controle e fiscalização.

O atual Sistema Único de Assistência Social (SUAS) propõe uma gestão de responsabilidade do Estado, assim como reforça a relação com a sociedade civil no compartilhamento da gestão, emergindo o trabalho de entidades e instituições públicas não estatais.

Destaca-se que durante os governos petistas o SUAS significou um importante avanço na gestão da política de assistência social, instituindo a profissionalização, a

padronização, as concepções e os conceitos da política de assistência social e buscando o protagonismo do usuário. Entretanto, com o atual governo, retoma-se o assistencialismo, o primeiro-damismo e o clientelismo, instituídos tanto no campo da execução como no controle social. Contudo, reafirma-se que a finalidade da política de assistência social, enquanto política pública, deve ser a garantia do acesso universal aos direitos sociais aos cidadãos, viabilizando-a para quem dela necessitar, o que, por certo, tem sofrido importantes ataques.

O atual governo vem instituindo políticas macroeconômicas que requeiram a ideologia neoliberal e, igualmente, aprofundam sua perversidade, na medida em que executam um rol de privatizações e abertura do mercado interno, assim como políticas econômicas com caráter regressivo. No campo das políticas sociais, o atual governo vem promovendo um desmonte acelerado e contínuo afetando diretamente as garantias de direitos, visto a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que congela os investimentos em políticas públicas, em contradição com o interesse público, impossibilitando qualquer aumento real de investimentos nos próximos 20 anos nas áreas destinadas às garantias de direitos fundamentais como: saúde, educação, assistência social, segurança pública etc. Assim, instituiu-se um processo de desfinanciamento de ações, serviços, programas e projetos sociais já precarizados, agravando a desigualdade social no país. A redução contínua e acentuada de investimentos nas políticas sociais significam impactos desastrosos na garantia dos direitos, dado que os investimentos até 2018 já se mostravam insuficientes para o atendimento das demandas da população, além de inviabilizar o cumprimento de diretrizes, metas e estratégias estabelecidas tanto no Plano Nacional de Educação (PNE) como no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No qual essa dinâmica retoma o estigma do primeiro-damismo, apontando um retrocesso de concepção ideopolítica, o que por certo afetará a população mais empobrecida do Brasil.

A proposta do atual governo brasileiro significa uma afronta aos princípios da Constituição Federal de 1988, na medida em que desrespeita a defesa dos direitos sociais e das garantias fundamentais por meio da vedação de investimentos nas políticas sociais de saúde, educação, assistência social etc. subvertendo o preconizado na Carta Magna e desconfigurando o Estado social democrático de direito nela instituído. Atacam-se os princípios e as diretrizes construídos ao longo das últimas décadas e subverte-se a concepção de universalidade e, de política pública enquanto direito do cidadão e dever do Estado.

Na atual conjuntura de desmontes de direitos, impera a lógica mercantil, a privatização por meio das parcerias público-privado, assim como se aprofunda o compromisso direto no pagamento dos juros da dívida pública e, igualmente, no campo político se apresenta um adensamento das relações de poder, em que as forças de diferentes partidos disputam espaço e ganhos políticos com a denominada “crise”. O atual governo brasileiro imprime uma

direção política que materializa os interesses do grande capital financeiro. Além disso, vem defendendo suas propostas com a construção de sua hegemonia por meio dos “aparelhos privados de hegemonia”, especialmente com o uso da mídia, nos partidos, nas associações e federações patronais etc. Destaca-se, dessa forma, as relações de forças presentes em que o Estado apresenta uma função educativa, cujo “[...] fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar as massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção” (GRAMSCI, 2011b, p.23). Portanto, a adequação ocorre por meio da repressão e violência, ou seja, da coerção, assim como pela criação de consensos. Nesse sentido, o governo busca materializar a hegemonia do modo de vida burguês, possibilitando a expansão econômica, necessária ao grande capital.

Mediante esta realidade, é imprescindível projetos que estimulem a participação crítica da sociedade civil, fortalecendo as lutas para a sustentação e ampliação dos direitos, por isso a necessidade de inserção junto aos CMAS, possibilitando reflexões e mobilizações para articular as demandas populares.

No processo sócio-histórico de implementação da assistência social, a sociedade civil passou a ter um importante papel no controle social, na fiscalização do Estado e na proposição de ações e intervenções a partir, especialmente, dos espaços institucionalizados de participação, a exemplo dos conselhos.

### **3 | OS CONSELHOS DE POLÍTICAS SOCIAIS COMO ESPAÇOS DE DISPUTA DE INTERESSES**

Os conselhos de políticas sociais se constituem como uma importante experiência de democracia participativa na atualidade e estão presentes nos municípios, estados e a nível federal, atuando em vários temas, como: assistência social, saúde, habitação, educação, criança e adolescente, idosos etc. Eles representam uma significativa conquista “[...] do ponto de vista da construção de uma institucionalidade democrática entre nós” (TATAGIBA, 2005, p. 209), mas não sem intensas disputas e conflitos de interesses.

O controle social passou a ser organizado institucionalmente, a partir da Constituição Federal de 1988 assumindo novas dimensões. Institui-se então, a possibilidade da sociedade acompanhar e fiscalizar as ações de gestão das políticas sociais, permitindo a avaliação dos objetivos, dos procedimentos, investimentos e resultados, configurando-se como “[...] canais públicos e plurais de diálogo entre governo e sociedade” (TATAGIBA, 2005, p. 209).

A proposta do controle social, inscrita na Constituição Federal de 1988, se pauta na possibilidade dos cidadãos usuários, representantes da sociedade civil exercerem controle e fiscalização sobre as ações estatais, quer seja no âmbito da operacionalização das políticas sociais, quer seja na elaboração de propostas para sua implementação,

assumindo um papel de propositor, o que desvela, inevitavelmente na relação sociedade civil e Estado movimentos de disputas, negociações e pactuações.

De modo que, nessa perspectiva, os conselhos de políticas sociais caracterizam-se como órgãos permanentes, normativos, com poder deliberativo por um colegiado, criados por lei federal, estadual ou municipal, no qual participam representantes da esfera estatal, dos trabalhadores, dos usuários e da sociedade civil, através de instituições e entidades sociais.

Os conselhos de políticas sociais são órgãos da administração pública, destituídos de personalidade jurídica, cujos membros não são remunerados, constituem-se em espaços de disputas de interesses entre a sociedade civil e o poder público e o seu objetivo é formular políticas públicas, as quais devem atender as necessidades humanas da população usuária, mas, em grande medida, são atravessadas pelas demandas institucionais, caracterizando o campo de disputas que se inscreve no âmbito dos conselhos das políticas sociais.

No campo legal, a instituição dos conselhos das políticas sociais significou um avanço, contudo, no âmbito político, constata-se enormes desafios, na medida em que se apresentam planos de ação das políticas mal elaborados, particularistas. Constatam-se, com muita frequência, conselhos que atuam de forma meramente burocrática, sem preocupação com o controle social e com a efetiva proposição de políticas com a qualidade necessária. Igualmente, observa-se, no processo sócio-histórico de constituição dos conselhos de políticas sociais, uma baixa capacitação dos conselheiros, a fragmentação das demandas, a ausência de uma agenda programada e uma substantiva perda da totalidade da política pública.

O processo sócio-histórico de constituição e implementação dos conselhos de políticas sociais se caracteriza nos anos posteriores a Constituição Federal de 1988, enquanto um processo de participação e democracia. Nesse período se instituíam procedimentos para a efetivação do controle social sobre a gestão pública, pois o “[...] controle social ganhou expressão no debate e na literatura, com o sentido da realização do controle da sociedade sobre as ações do Estado [...]” (KRÜGER, 2012, p. 37). Contudo, com o transcorrer dos anos e a ampliação das experiências dos conselhos de políticas sociais e, especialmente, com os impactos dos ajustes estruturais iniciados na década de 1990, nos anos subsequentes, em específico, os anos 2000, configura-se nesses espaços a ausência de democracia, de participação e aprofunda-se significativamente a institucionalização, a burocratização, transformando os conselhos de políticas sociais em espaços com uma função meramente cartorária.

É conhecido que os conselhos de políticas sociais foram implantados num cenário de regressão de direitos, na década de 1990, e, que após a sua institucionalização, se configuram métodos que garantam a formalização do consentimento da sociedade civil em torno dos interesses do Estado burguês. Portanto, “[...] o controle social deverá ser entendido dentro da articulação dialética entre o Estado que abrange a sociedade civil

composta por interesses opostos, e deverá se dar na perspectiva da defesa dos interesses das classes subalternas” (BRAVO; CORREIA, 2012, p. 134). Por conseguinte, trata-se de uma esfera em disputa, atravessada por correlações de força, na medida em que os interesses se colocam de maneira antagônica.

Ressalta-se que a gestão das políticas sociais exercida pelo Estado, em que pese todo o aparato legal e político na instituição de espaços democráticos de controle social, conforme estudos<sup>2</sup>, não tem priorizado a participação efetiva da sociedade civil, constatando-se que nestes espaços executa-se funções burocráticas, o que demonstra a profunda fragilidade na relação Estado e sociedade civil.

No que concerne a relação Estado e sociedade civil, no âmbito dos conselhos de políticas sociais, ressalta-se a necessária definição de funções e papéis, uma vez que tratam-se de diferentes interesses, porém ambos buscam construir sua legitimidade, o que resulta em muitos momentos, numa relação de aliança e negociação, predominando um processo de manipulação, ou seja:

Reproduz-se nos conselhos gestores de políticas sociais uma concepção *stricto sensu*, tanto impressa pelos representantes governamentais como parte das entidades não governamentais, pois estabelecem alianças com o interesse na manutenção do poder **que cada um dispõe dentro dos conselhos**. (BIDARRA, 2004, p. 03, grifo nosso).

Desse modo, a tendência é que os conselhos de políticas sociais tornem-se espaços de reprodução do conservadorismo, ampliando a cooperação entre Estado e sociedade civil, a fim de garantir os espaços que se habituaram a ocupar nos grupos decisórios, sendo um desafio o enfrentamento a este posicionamento.

De outra parte, é necessário reconhecer o espaço do conselho de políticas sociais enquanto um espaço democrático de debates e disputas de interesses, o que exige da sociedade civil a publicização de sua atuação e a ampliação da participação, a fim de que a população conheça as ações e atividades desenvolvidas pela esfera estatal. Nesse sentido, é essencial que a sociedade civil supere os interesses privados em prol da coletividade, na medida em que o papel da sociedade civil, no âmbito dos conselhos deve orientar-se pela superação dos interesses meramente corporativos, sendo fundamental, segundo Gramsci (2011a, p. 41), adquirir:

[...] a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superem o círculo corporativo, que assinale a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas, pondo a luta num plano 'universal', criando assim uma hegemonia de um grupo social [...].

Assim sendo, tendo como referência as disputas de interesses antagônicos e o exercício político de construção de novas relações sociais, a participação da sociedade

---

2 Ver estudos de Krüger (2012), Tatagiba; Dagnino (2002), Tatagiba (2004), Fuks; Perissionotto; Souza (2004) e Rachelis (1998).

civil nos conselhos de políticas sociais deve buscar o fortalecimento da descentralização e da participação popular, afirmando a construção de políticas fundamentadas nos princípios democráticos, em que estarão presentes Estado e sociedade civil na elaboração de propostas vinculadas as necessidades sociais e humanas da classe trabalhadora.

Não obstante, pertinente se faz compreender que as conquistas democráticas são resultados do movimento histórico dos sujeitos e grupos sociais na disputa, não se podendo desconsiderar a correlação de força entre as classes sociais, sendo a participação da sociedade civil permeada por potencialidades e limites.

No campo dos conselhos de políticas sociais, o controle social é “[...] movido pela contraditoriedade presente na sociedade civil, ora pendendo para a classe dominante, ora para as classes subalternas, a depender da correlação de forças presentes” (CORREIA, 2004, p. 165). Pois, os conselhos de políticas sociais não são um campo neutro sem disputas, trata-se de um espaço de contradição em que se configuram movimentos de institucionalização da participação e, ao mesmo tempo, se possibilita que as classes subalternas projetem seus interesses no sentido de influenciar e controlar de alguma forma, os rumos das políticas sociais.

Os conselhos de políticas sociais, no entendimento de Krüger (2012, p. 38-39), “[...] ora são considerados momentos privilegiados de participação [...] em que interesses se conflitam, ora são vistos como espaços para harmonizar e garantir o consenso [...]”. Embora se tratando de espaços com característica ambígua, pela sua formação e, principalmente, pela sua condução, destaca-se a importância desses espaços, na medida em que se configura neste campo a possibilidade de travar disputas que resultarão em ganhos significativos à classe trabalhadora.

De acordo com Raichelis (2008, p. 83) “[...] os conselhos são canais importantes de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governos e cidadãos e, principalmente, de construção de um processo continuado de interlocução pública”. A interlocução proposta pela autora tem como pressuposto a criação de alternativas para as políticas sociais, a instituição de debates, propiciando estratégias de negociação e pactuação, no intuito de impregnar os mecanismos burocráticos existentes com a finalidade de efetivar o controle social sobre as ações estatais.

Nesse mesmo ângulo, Correia (2004, p. 165) indica que “[...] o controle social na perspectiva das classes subalternas seria no sentido dessas ocuparem, cada vez mais espaço na sociedade civil na busca de conquistar mais poder e formar consensos em torno de um projeto de classe contra-hegemônico”, ainda que isto signifique um longo processo de luta e resistência das classes subalternas.

## **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na atual conjuntura de desmontes dos direitos sociais conquistados e dos

ataques a organização e a mobilização popular, estabelecer estratégias de resistência no campo da sociedade civil é fundamental. Ainda que os espaços de controle social sejam institucionalizados, é importante ocupar essas esferas, pois são elas que definem e organizam a política pública, seu financiamento e direcionamento, o que demonstra a necessidade de transformar esses espaços democráticos priorizando a participação popular, em que a sociedade civil possa de fato cumprir o seu papel de articuladora e mobilizadora dos direitos sociais.

É necessário construir um processo reflexivo sobre a ação dos CMAS, contribuindo com a qualificação dos espaços de controle social, fomentando a partilha de poder por meio da democracia representativa e direta, enfatizando a negociação e a defesa intransigente dos direitos sociais.

A participação da sociedade civil nesses espaços deve ter como seu horizonte a ampliação da cidadania, o fortalecimento do protagonismo dos sujeitos e da democracia, contribuindo para as lutas populares, com o efetivo atendimento das demandas das classes subalternas.

Portanto, a participação popular deve pautar-se na universalização dos direitos, garantindo acesso aos serviços e às políticas sociais, bem como a defesa da justiça social, da cidadania e da equidade.

Por fim, é fundamental instituir debates sobre democracia e participação, construindo reflexões críticas sobre o papel da sociedade civil no âmbito dos Conselhos Municipais de Assistência Social, fortalecendo a sociedade civil na representação dos interesses e demandas populares.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R. O Plano Plurianual do Governo Lula: um Brasil de todos? In: FREIRE, L.; FREIRE, S.; CASTRO, A. T. B. **Serviço Social, Política Social e Trabalho**: desafios e perspectivas para o século XXI. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. Biblioteca Básica do Serviço Social, 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIDARRA, Z. A Confluência de Projetos Políticos na Construção de Políticas Municipais de Assistência Social. In: IX ENPESS, Porto Alegre. **Anais ENPESS**. ABEPSS, p. 1-8. 2004.

BRAVO, Maria I. S.; CORREIA, Valéria C. Desafios do Controle Social na Atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

CORREIA, Valéria. A Relação Estado/Sociedade e o Controle Social: fundamentos para o debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 77, p. 148-178, mar. 2004.

DURIGUETTO, Maria Lucia. **Sociedade Civil e Democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Tradução Luiz Sérgio Henrique e Carlos Nelson Coutinho (Orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 02. p. 82-85, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Os intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. 5ª ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 02, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel notas sobre o Estado e a política. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 03, 2011a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.05, 2011b.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 8ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 1991.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

KRÜGER, Tânia R. **As Conferências de saúde e os Planos Municipais de Saúde**. Florianópolis-SC: DIOESC, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In. MOTA, Ana E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e a Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. Biblioteca Básica do Serviço Social, São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 2ª ed. Florianópolis: Editora UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 1999.

TATAGIBA, Luciana. Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Democracia Participativa: aprofundando o debate. Resenha. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 209-213, nov. 2005.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acreditação 12, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219

Adolescentes 9, 12, 69, 107, 108, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196

Assistência Social 9, 11, 12, 12, 34, 35, 36, 40, 41, 47, 67, 72, 77, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 182, 185, 186, 198, 240

Ato infracional 12, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193

### C

Calidad 209, 210, 212, 215, 217, 218, 219, 226

Cidadania 27, 31, 32, 40, 55, 107, 117, 123, 140, 144, 157, 158, 162, 176, 182, 195, 196, 200, 201, 206

Comunicação 11, 35, 36, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 89, 90, 91, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

Conselhos 11, 9, 22, 130, 131, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 162, 165, 181, 187, 196

Controle Social 24, 55, 69, 71, 73, 74, 77, 106, 116, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 156, 162, 163, 165, 181, 187, 192

Cuidado 23, 26, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 63, 65, 66, 70, 71, 73, 74, 89, 93, 94, 98, 100, 101, 102, 127, 184, 240

### D

Desafios 10, 11, 5, 6, 7, 10, 14, 16, 18, 29, 36, 39, 41, 42, 78, 88, 97, 100, 101, 104, 106, 109, 112, 113, 118, 121, 128, 137, 140, 148, 153, 166, 177, 185, 206

Direitos 9, 10, 1, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 15, 17, 18, 21, 25, 27, 28, 34, 36, 40, 42, 45, 46, 47, 49, 54, 58, 60, 61, 64, 71, 72, 73, 76, 77, 80, 81, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 153, 154, 159, 162, 163, 166, 171, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 240

### E

Educação 9, 12, 4, 7, 9, 10, 13, 17, 18, 26, 28, 34, 36, 41, 47, 50, 54, 57, 58, 69, 82, 84, 93, 101, 102, 103, 105, 112, 123, 125, 135, 136, 148, 150, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 188, 189, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Estado 9, 12, 2, 3, 4, 7, 9, 11, 13, 14, 17, 21, 25, 26, 29, 34, 35, 36, 37, 39, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 68, 69, 73, 74, 77, 82, 84, 89, 90, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 196, 198, 200, 203, 209, 211, 214, 218, 222, 225, 226, 227, 230

## **F**

Formação 12, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 227, 229, 230, 234

## **G**

Gênero 3, 8, 10, 11, 12, 17, 21, 23, 25, 26, 29, 30, 37, 70, 74, 76, 79, 87, 88, 142, 143, 151, 152, 155

Grupo 9, 20, 23, 31, 32, 40, 47, 53, 57, 71, 75, 76, 77, 78, 83, 105, 111, 133, 134, 138, 148, 149, 150, 151, 153, 156, 159, 161, 187, 221, 223, 232, 234, 237, 238, 239

## **I**

Investigação Social 13, 214, 216, 232, 233, 234, 235

## **L**

Lei 5, 12, 34, 40, 43, 56, 57, 58, 62, 80, 81, 87, 90, 95, 98, 99, 102, 103, 107, 112, 118, 119, 123, 128, 137, 145, 155, 157, 161, 162, 163, 165, 176, 177, 180, 181, 182, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 207

## **M**

Mulheres 9, 11, 12, 7, 22, 23, 26, 35, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 240

## **N**

Neoconservadorismo 12, 13, 19, 21, 22, 28, 29, 30

## **P**

Pesquisa 9, 10, 11, 5, 7, 13, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 50, 52, 53, 58, 61, 63, 66, 67, 69, 75, 76, 77, 78, 82, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 101, 104, 105, 110, 115, 117, 120, 122, 129, 130, 131, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 176, 179, 183, 192, 207, 240

Pobreza 35, 36, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 116, 120, 123, 126, 127, 129, 142, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 166, 180, 221

Política 9, 10, 12, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 20, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40,

41, 43, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 74, 76, 84, 87, 88, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 181, 184, 187, 189, 190, 192, 195, 197, 203, 205, 207, 222, 224, 225, 226, 228, 230, 240

Políticas Sociais 2, 4, 31, 32, 40, 41, 49, 117, 119, 132, 136, 141, 144, 240

Privado 9, 12, 29, 59, 85, 126, 135, 143, 156, 157, 160, 161, 162, 164, 166, 175, 177, 196, 228

Projeto Ético Político 3, 9, 15

Proteção Social 34, 35, 41, 58, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 118, 131, 132, 142, 143, 144, 148, 153, 156, 157, 159

Público 9, 12, 4, 26, 29, 32, 33, 34, 35, 50, 57, 59, 66, 69, 92, 97, 100, 109, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 124, 126, 135, 137, 147, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 174, 175, 177, 186, 189, 190, 192, 195, 196, 206, 220

## **R**

Religião 19, 20, 21, 23, 25, 26, 29, 30

Rio de Janeiro 8, 26, 30, 41, 49, 50, 56, 62, 63, 64, 74, 75, 87, 88, 96, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 113, 118, 119, 128, 129, 141, 162, 165, 166, 167, 177, 178, 192, 194, 240

## **S**

Saúde 9, 10, 11, 4, 12, 20, 30, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 74, 75, 77, 82, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 120, 122, 125, 126, 127, 135, 136, 141, 144, 148, 150, 151, 163, 182, 186, 188, 198, 240

Serviço Social 2, 9, 10, 11, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 74, 75, 76, 88, 104, 105, 117, 118, 119, 128, 129, 140, 141, 155, 156, 162, 165, 166, 177, 178, 207, 240

Sistema Prisional 9, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Suas 9, 11, 4, 6, 7, 8, 11, 15, 16, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 43, 45, 46, 48, 57, 58, 66, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 87, 88, 90, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 169, 172, 173, 175, 186, 187, 188, 189, 197, 199, 200, 201, 206

## **T**

Trabajo Social 12, 220

Trabalho 9, 10, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 58, 60, 61, 64, 66, 67, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 140, 141, 143, 146, 147, 148, 150, 153, 154, 156, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 176, 177, 178, 180, 183, 192, 194, 195, 196, 199, 200, 204, 205

Transplante 10, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

# O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 